



SINTESPE

filiado a



Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de SC

Praça Olívio Amorim, nº 82 - Centro - Florianópolis/SC - CEP: 88020-090 - Maio 2014 - (48) 3223-6097 / www.sintespe.org.br

Lutar é direito!



Não à criminalização dos movimentos sindical e popular!

Governo de SC criminaliza Sindicato

Entidades dos movimentos sindical e popular organizam Seminário estadual sobre o tema na Alesc. **Pág. 2 e 3**

Greve unifica servidores

Categoria segue mobilizada por suas reivindicações. **Pág. 3**

4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador

Trabalhadores debatem políticas local, estadual e nacional a serem implantadas pelos governos. **Pág. 4**

Estado de SC recorre a práticas da ditadura contra luta dos servidores públicos estaduais

Longe do que muitos imaginam, os instrumentos utilizados pela Ditadura Militar para amea-drontar os trabalhadores que lutavam contra o arrocho salarial e para enfraquecer a ação sindical, ainda continuam vivos nos dias atuais.

Para que se mantenha avivada a memória, o Projeto "Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo" resgatou casos de polícia da época em que se buscavam trabalhadores nas fábricas. Registrado está um dos casos emblemáticos ocorridos então, quando, na data de 20 de junho de 1979, dois agentes da Polícia Federal foram a Máquinas de Piratininga em busca do trabalhador Vito Giannotti para levá-lo a uma Delegacia de Polícia da região, em face de informações vazadas acerca de possibilidade de uma greve na empresa, greve que realmente aconteceu enquanto o trabalhador permanecia detido.

Há outro caso relatado, que aconteceu com Arleide Alves, operária da Colmeia e eleita para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), pelo simples fato de haver convocado seus companheiros para uma Assembleia do sindicato, o que bastou para que o chefe da empresa lhe comunicasse: "O patrão te mandou embora e você tem que sair agora da fábrica". Ela tinha garantia de emprego e continuou trabalhando, ao que retornou o chefe para dizer: "Olha, a polícia está aí para pegar você." Arleide então resistiu e disse que não sairia do seu trabalho, quando os seguranças da empresa, com escolta da Polícia Militar lhe retiraram: "Eles me pegaram, cada um pegou de um lado e esse chefe, oportunista, pegou por trás meu cabelo e eu caí. Fui sendo arrastada com o martelo na mão".

É de se destacar que havia constantes intervenções nos sindicatos no período da ditadura militar pelo simples fato dos trabalhadores estarem lutando pelos seus direitos e utilizando a Greve como ins-

trumento legítimo e histórico da classe trabalhadora. Entre as centenas de intervenções, nos anos 1978/80, destacam-se a dos Metalúrgicos de São Bernardo, a dos Bancários de São Paulo e Porto Alegre, além das ocorridas nos sindicatos de Petroleiros, como Bahia e Ceará.

O Governador Colombo, de Santa Catarina, frente aos movimentos reivindicatórios dos servidores estaduais, tem tido um comportamento que em muito relembra o opressão da ditadura militar contra as liberdades democráticas.

A luta dos Servidores Estaduais de Santa Catarina tem sido contrária ao congelamento do vencimento e à política salarial deste Governo. Foi o próprio Governador que editou legislação que devolveu aos servidores públicos política do reajuste anual dos salários, direito este previsto na Constituição. Trata-se da Lei nº 15.695, de 2011.

Pois bem, no ano passado e neste ano o Governador Colombo deixou de cumprir a Lei. O SINTESPE (Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público) ingressou com ação no Tribunal de Justiça, reque-rendo o respeito à Constituição e ao que está determinado na Lei Estadual nº 15.695/2011, tendo o Poder Judiciário Catarinense se calado, feito vista grossa, "lavando as mãos" e permitindo que o lado mais forte siga negando aos servidores públicos um dos direitos mais elementares dos trabalhadores: a política de reajuste anual dos salários, ou seja, a manutenção do poder de compra do vencimento.

Os trabalhadores na época da Ditadura Militar lutaram contra o arrocho salarial, romperam lei antigreve, mantiveram-se em luta, não se cala-



Servidores participam de Ato em repúdio ao Golpe Militar, em 1º de Abril, no Centro da Capital

ram. Agora, justamente nos dias que precederam os cinquenta anos da instalação do golpe militar no Brasil, o Governador Colombo ao se deparar com Greve de Servidores Públicos Estaduais no IMETRO, na Fundação Catarinense de Educação Especial, na Fundação Catarinense de Cultura, na Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, na Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte e na Secretaria de Justiça e Cidadania opôs-se ao direito lúdimo (garantido na Constituição de 1988 e por decisão *erga omnes* do Supremo Tribunal Federal). Sua resposta, desde o início, assim como já havia imposto aos trabalhadores da Educação e da Saúde, foi reiterar que mediante Greve não há negociação. Mas, sem greve, ele não cumpre a lei da política salarial.

O Governador do Estado, Raimundo Colombo, por meio da Procuradoria Geral do Estado, teve o mesmo impulso do regime autoritário: buscou o apoio do Poder Judiciário para declarar as Greves ilegais, com estabelecimento de multa diária de R\$120 mil ao Sindicato, no intento claro de dificultar o custeio da realização de assembleias e da própria Greve, por saber ser a entidade de âmbito estadual. Não satisfeito, pediu a penhora dos valores das contas bancárias e bens do Sindicato, o

bloqueio do ingresso das contribuições mensais dos associados, as quais se destinam, em grande parte, para pagar os salários e encargos trabalhistas dos empregados que integram o quadro de pessoal do SINTESPE.

Por último, nos primeiros dias de abril, a Procuradoria do Estado editou nota à imprensa, comunicando que ingressaria junto ao Tribunal de Justiça de SC, com pedido de destituição dos líderes do SINTESPE. Pasmem, o Governador Colombo, que não cumpre a Constituição e a Lei da Política Salarial, pretendia impor sua vontade na marra, chegando ao cúmulo de ameaçar uma intervenção na entidade sindical dos trabalhadores.

Além disso, por iniciativa dos poderes deste Estado, os dirigentes sindicais do SINTESPE, foram prestar depoimento a um Delegado da Polícia Estadual, visando à instauração de inquérito policial na Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), prélio no qual, emblematicamente, em outros tempos estava estebelecido o DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna).

O SINTESPE denuncia estes fatos, pois se trata de um ataque ao direito de liberdade e autonomia sindical dos traba-

lhadores, em autêntica prática antissindical. Fazemos um chamado de apoio concreto por parte das Organizações Sindicais e Políticas de todo o Brasil, no sentido de exigir do Governador Colombo que suspenda todas as medidas de ataque contra os trabalhadores, contra os dirigentes sindicais e contra o SINDICATO. Lutamos:

Pelo direito de Greve!

Pelo direito à liberdade e à organização sindical!

Não à intervenção no SINTESPE!

Pelo cumprimento da política salarial dos servidores estaduais/SC!

Abaixo a criminalização da luta dos trabalhadores!

Governador Colombo, retire as punições contra os trabalhadores!

Entidades formam Comitê em Defesa do Sintespe



Representantes de entidades sindicais e de movimentos populares e parlamentares formam Comitê.

Com objetivo de combater a criminalização e fortalecer a luta por liberdade e direito de organização, foi formado o Comitê em Defesa do Sintespe, dia 23 de abril, com a presença de representantes de entidades sindicais, sociais e lideranças políticas, no auditório do Sindicato.

O Comitê iniciou uma Campanha nacional de envio de moções ao governador de SC, solicitando realização de audiência para tratar sobre a criminalização da entidade que segue com a conta bancária bloqueada por estar condenada a pagar multas que ultrapassam o valor de um milhão de reais. Também são objetivos do Comitê a realização de uma reunião com a ministra dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti, e com o Ministro da Justiça, José Eduardo

Cardoso; uma audiência com o Tribunal de Justiça-SC e a já realizada reunião com a Ordem dos Advogados do Brasil-SC- que desistiu da ação impetrada contra a entidade por conta da Greve na SJC- para tratar do assunto. Outro encaminhamento foi o de fortalecer a ideia da realização de uma CPI do sistema prisional, já que duas das ações judiciais que visam incriminar o Sindicato foram motivadas pela Greve dos servidores da SJC.

Campanha

Desde o início da Campanha, diversas entidades sindicais de nível nacional, estaduais e municipais enviaram moções de apoio ao Sindicato e também ao governador do Estado solicitando que ele atenda o Sintespe e retire a ação judicial contra a entidade.

Seminário Estadual debate o direito de lutar

Enquanto são realizadas diversas atividades em repúdio ao Golpe Militar que completou 50 anos em 1º de abril, o cerceamento da liberdade aos movimentos sindical e social e a criminalização vêm tornando-se práticas comuns por parte do Poder Público e da mídia em Santa Catarina. Práticas que podem ser lembradas em casos como: da intervenção da Polícia na Universidade Federal de Santa Catarina (em abril de 2014)- ferindo a autonomia da instituição-; da incitação de ódio por parte da mídia a quem ocupa terra para reforma agrária; da ameaça à

liberdade e autonomia sindical nas recentes greves da nossa categoria e dos servidores municipais de Florianópolis (maio 2014), na greve dos servidores municipais de São José (2012), dos trabalhadores na saúde (2012), no transporte da Capital (2012), entre outras. Para debater a criminalização e a judicialização das lutas, os movimentos sindical e popular da Grande ociais realizam no dia seis de junho (sexta-feira), a partir das 14 horas, seminário estadual na Alesc.

GREVE

Categoria está fortalecida

Servidores unidos e organizados não calam diante da ilegalidade do Governo

No início do ano, servidores públicos de diferentes secretarias, Autarquias e Fundações não contemplados nem com a Data-Base, nem com a Pró-Eficiência se organizaram e assumiram de vez o Estado de Greve aprovado em agosto de 2013. Iniciou-se, assim, um movimento importante na categoria que, unificada, decidiu em Assembleia Geral do Sintespe pela Greve Geral, a partir de dez de março.

Por sua vez, o governador Raimundo Colombo deu um show no quesito ilegalidade - por não cumprir leis como a referente à Data-Base (lei nº15695/2011)-, como também demonstrou muito bem sua incapacidade de reconhecer a valia e a igualdade de direitos todo o quadro geral de servidores. Assim, além de negar negociação, ele discriminou mais uma vez os grevistas quando não contemplou esses lutadores na concessão da Pró-eficiência ou na Gratificação por Desempenho de Atividade, estabelecida pela MP 196/2014.

Para Maurino Silva, Presidente do Sintespe, "diante da negativa do

Governo de negociar com o Sindicato enquanto os trabalhadores estavam em Greve há 28 dias, "a categoria saiu unida, saiu consciente de que precisa lutar muito mais daqui pra frente, seja qual o Governo que vier porque há uma intenção dos governantes, principalmente dos governos do PSD (Partido Social pela Democracia) de arrochar salários, alegar sempre que não podem conceder reajuste porque a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite por causa do limite, enquanto para outros setores o Governo abre sempre uma possibilidade".

Foi um momento histórico que resultou em conquistas palpáveis à categoria. "–Nem todos obtiveram ganhos econômicos que reivindicavam, mas quem ganhou, ganhou não foi porque o governo é bonzinho. E sim, porque trabalhadores estavam em Greve", afirma Wolney Chucre, diretor do Sindicato.

O vice-presidente da entidade, diz que "os servidores do Deinfra se sentem contemplados com relação à MP

e à lei 16.300, porém é lamentável que o Governo tenha esticado o prazo de pagamento. Quanto aos valores a categoria nunca teve uma negociação como essa que trouxe bons resultados. Tem entendimento que isso é fruto da intervenção do Sindicato que viabilizou com seu apoio em tempo integral nas negociações. No entanto, a exemplo do que o Governo praticou em novembro e dezembro passado, onde diferenciou vários trabalhadores nos serviço público, ao editar os projetos de lei privilegiando algumas categorias. Fato que causou indignação à maioria".

A partir do fim da Greve, foram estabelecidas negociações entre o Governo e comissões formadas por representantes do Sintespe e grevistas do Imetro, da da Fundação Catarinense de Educação Especial, da Fundação Catarinense de Cultura, da Secretaria de Trabalho, Habitação e Assistência Social, da Secretaria de Justiça e Cidadania, da Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte.

Tabelas referentes ao pagamento da Gratificação

Para que os servidores contemplados com a MP 196/2014 (Fatma, Deter ou na SIE, Deinfra ou na SIE, SIE, ASPFS, Jucesc, Casa Civil, SPG) possam verificar como será a implementação dos valores da Gratificação por Desempenho de Atividade, a Direção do Sintespe elaborou tabelas com valores contendo os níveis, classes, referências e os prazos. Veja abaixo:

CLASSE	NÍVEL	REFERÊNCIAS										(R\$)
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	
I	1	820,80	829,01	837,30	845,67	854,13	862,67	871,30	880,01	888,81	897,70	
	2	906,67	915,74	924,90	934,15	943,49	952,93	962,45	972,08	981,80	991,61	600,00
	3	1001,53	1011,55	1021,66	1031,88	1042,20	1052,62	1063,14	1073,78	1084,51	1095,36	
II	1	885,60	894,46	903,40	912,44	921,56	930,78	940,09	949,48	958,98	968,57	
	2	978,25	988,04	997,92	1007,90	1017,98	1028,15	1038,43	1048,82	1059,31	1069,90	900,00
	3	1080,60	1091,40	1102,32	1113,34	1124,47	1135,72	1147,08	1158,55	1170,14	1181,83	
	4	1193,66	1205,59	1217,65	1229,83	1242,12	1254,54	1267,09	1279,76	1292,55	1305,48	
III	1	972,00	981,72	991,54	1001,45	1011,46	1021,58	1031,80	1042,11	1052,54	1063,07	
	2	1073,69	1084,43	1095,27	1106,22	1117,29	1128,46	1139,75	1151,14	1162,65	1174,28	1.800,00
	3	1186,02	1197,88	1209,86	1221,97	1234,18	1246,53	1258,99	1271,58	1284,29	1297,13	
	4	1310,10	1323,21	1336,45	1349,81	1363,31	1376,94	1390,71	1404,62	1418,66	1432,85	
IV	1	1296,00	1308,96	1322,05	1335,27	1348,62	1362,11	1375,73	1389,48	1403,38	1417,41	3.000,02
	2	1431,59	1445,90	1460,37	1474,97	1489,72	1504,61	1519,66	1534,86	1550,21	1565,71	
	3	1581,37	1597,18	1613,15	1629,29	1645,57	1662,03	1678,65	1695,44	1712,39	1729,51	
	4	1746,81	1764,28	1781,92	1799,74	1817,74	1835,91	1854,27	1872,82	1891,54	1910,47	

Quanto às datas de recebimento:

Datas	Percentual	Valores (R\$)			
		Classe IV	Classe III	Classe II	Classe I
		3.000,02	1.800,00	900,00	600,00
01/09/2014	25%	750,01	450,00	225,00	150,00
01/03/2015	50%	1.500,01	900,00	450,00	300,00
01/09/2015	75%	2.250,02	1.350,00	675,00	450,00
01/03/2016	100%	3.000,02	1.800,00	900,00	600,00

SAÚDE DO TRABALHADOR

Conferências no Estado preparam a etapa Nacional

Para preparar a 4ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador que tem como tema a Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, Direito de Todos e Todas e Dever do Estado e está programada para os dias 10,11,12 e 13 de Novembro, as Conferências estaduais e macrorregionais ocorrem em todo o país até o dia 30 de junho.

Em Santa Catarina, as nove macrorregionais realizadas entre sete e 31 de maio nas cidades de Blumenau, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis, Joinville, Lages e Mafra escolhem 100 delegados representantes de segmentos sociais para a Conferência Estadual. Na estadual, que acontece dias 26 e 27 de junho, o Sintespe será representado por Sebastião Amorim, diretor de saúde do trabalhador.

Dados do Movimento em Defesa da Vida, Saúde e Segurança dos Trabalhadores (Movida) indicam que o Estado possui 48% a mais de

adoecimentos decorrentes do trabalho do que a média nacional, tornando Santa Catarina um dos campeões nacionais em acidentes de trabalho, com aproximadamente sete mortes para cada mil habitantes. As Conferências serão realizadas sob quatro eixos referentes à implementação da política nacional de saúde do trabalhador e da trabalhadora como: - o desenvolvimento socioeconômico e seus reflexos na saúde do trabalhador e da trabalhadora; - o fortalecimento da participação dos trabalhadores e das trabalhadoras da comunidade e do controle social nas ações de saúde do trabalhador e da trabalhadora; - a efetivação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, considerando os princípios da integralidade e intersetorialidade nas três esferas de governo; e o financiamento da Política Nacional de Saúde do Trabalhador nos municípios, Estados e União.

PLEBISCITO

Campanha por Constituinte Soberana atinge 24 estados

A necessidade de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político está em debate articulado por mais de 400 comitês criados em 24 estados brasileiros, que organizam um Plebiscito para a primeira semana de setembro. A meta do Plebiscito é alcançar 10 milhões de votos a favor da Constituinte que é vista como ponto de partida para as outras reformas estruturais essenciais para maior democracia em nossa sociedade.

O Sintespe apoia a ideia e está na organização do Plebiscito no Estado, por isso convida a categoria a participar desse debate. Entre maio e julho serão realizados cursos nos estados, em que o objetivo é alcançar diretamente 1000 formadores no País para apresentar e discutir de forma massiva a questão da participação popular, da democracia representativa e do poder econômico no sistema político. Para saber mais, acesse a página na internet: www.plebiscitoconstituente.org.br.



ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Plenária define ações futuras da CUT-SC

Direito à Memória, Verdade e Justiça é tema da Plenária

De 29 a 31 de maio, 22 delegados eleitos em assembleia geral do SINTESPE, de março, participam da Plenária Estatutária da CUT-SC, em Florianópolis, com o tema 50 anos do golpe civil-militar: pelo direito à verdade e à justiça. Sob esse tema, a Plenária pretende reafirmar a luta de vários trabalhadores e trabalhadoras que foram perseguidos, torturados e até mortos durante o regime militar, assim, há o compromisso de garantir a democracia e a luta por um país justo.

No total, 350 delegados eleitos por 125 Sindicatos filiados à Central têm o objetivo de atualizar as discussões de conjuntura, fazer o balanço da atual gestão e, caso necessário, definir novas resoluções. Além disso, são previstas discussões sobre ações da CUT estadual para os próximos anos, como a Marcha dos Trabalhadores e Trabalhadoras Catarinenses; Eleições 2014 e a relação CUT e partido político; e a proposta de Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva de Reforma do Sistema Político, assim como a criminalização da luta dos trabalhadores destacando para a situação do SINTESPE.

Também será dado início à convocação do 12º Congresso Estadual da CUT-SC, previsto para 2015.

A Plenária visa eleger delegados à 14ª Plenária Nacional da CUT que acontece em Guarulhos/SP entre os dias 28 de julho à 1º de agosto.

Fonte: CUT-SC

FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS				
RECEITA	outubro/2013	novembro/2013	dezembro/2013	janeiro/2014
Mensalidade de Associados	156.464,52	156.165,60	305.837,27	7.265,36
Receita de Aplicações	9.023,35	6.087,96	2.325,93	2.762,53
Receita de Locação	129,00	-	-	-
Receitas de Precatórios	2.885,52	-	8.247,58	80,45
TOTAL DAS RECEITAS	168.502,39	162.253,56	316.410,78	10.108,34
DESPESA				
PESSOAL E ENCARGOS	66.002,25	58.093,55	93.014,45	85.552,13
DESPESAS GERAIS				
Água e Esgoto	141,62	253,14	248,64	293,90
Combustíveis e Lubrificantes	283,07	649,07	215,00	-
Correios e Malotes	154,45	3.773,12	504,31	299,96
Cursos e Treinamentos	500,00	500,00	-	-
Energia elétrica	492,88	470,18	658,18	582,94
Fotocópias	644,70	-	200,48	-
Honorários Profissionais	2.300,00	2.300,00	4.600,00	2.500,00
Impostos e Taxas Diversas	25,22	25,22	25,22	32,79
Manutenção em Programas	2.166,21	1.674,55	3.294,62	2.622,69
Manutenção em Veículos	499,00	1.305,90	410,95	-
Manutenção e Reparos	2.443,43	265,64	351,29	-
Material de Copa e Cozinha	279,51	269,55	407,36	-
Material de Expediente	1.631,65	440,30	1.071,68	-
Material de Higiene	16,65	58,65	328,05	-
Outras Despesas	50,00	141,90	438,00	-
Material de Uso Permanente	140,00	-	-	-
Segurança do Patrimônio	185,48	185,48	370,96	-
Seguros	1.798,55	913,28	1.902,28	913,28
Telefones e demais comunicações	2.815,91	2.426,92	3.224,37	3.874,23
Tarifas Bancárias*	116,10	87,42	19.347,21	112,40
IMPRENSA E DIVULGAÇÃO		-		
- Adesivos e Panfletos	890,00	-	-	500,00
- Faixas/Cartazes	185,00	60,00	208,00	-
- Livros/Jornais/Revistas	2.601,00	-	896,00	1.786,12
- Rádios/TV/Som/etc	1.589,14	7.186,90	890,00	750,00
ATIVIDADES SINDICAIS				
- Assembleias	11.454,13	24.799,69	3.402,10	-
- Cursos e Seminários	-	-	19.532,91	33.303,74
- Viagens	3.676,44	2.669,58	412,55	1.069,01
- Contribuição a CUT	14.815,45	14.315,45	14.315,45	14.315,45
- DIESSE	503,34	503,34	503,34	503,34
- Doações	600,00	2.800,00	-	-
ASSESSORIA JURIDICA/CUSTAS/CÁLCULOS	8.386,00	7.114,05	5.312,75	4.188,80
DIRETORIA E REPRESENTANTES				
- Reunião de Diretoria	1.462,31	4.184,13	-	-
- Diretoria Liberada	1.178,25	1.789,10	3.490,18	832,00
- Ajuda de Custo	820,00	820,00	820,00	-
- Auxílio de Custo	3.201,21	3.242,80	3.391,17	3.391,17
NÚCLEO REGIONAL DE LAGES	2.145,22	2.196,60	2.231,84	1.948,69
NÚCLEO REGIONAL DE CHAPECÓ	1.129,29	1.382,79	852,77	926,24
NÚCLEO REGIONAL DE JOINVILLE	2.593,27	2.724,53	2.469,41	1.915,40
NÚCLEO REGIONAL DE CRICIÚMA	486,35	486,35	486,35	400,00
TOTAL DAS DESPESAS	140.403,08	150.109,18	189.827,87	162.614,28

Tarifas Bancárias* - No mês de dezembro/2013 referem-se às taxas cobradas para devolução da Contribuição Sindical.